

Notas e informações

Quebrar o círculo vicioso

A discordância entre o ministro da Fazenda e o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV em torno da pergunta quanto cresceu o Brasil?, ilustra de maneira pedagógica a dissonância que continua reinando no seio do governo. Poucos dias antes, esse testemunho fora dado pela farpa lançada por assessores do ministro do Trabalho contra o sr. Ernane Galvães a propósito da lei salarial. E amanhã será outro tipo de divergência que virá a público, clara demonstração de que ainda não foi possível estabelecer com qual política os ministros são solidários. Este espetáculo de dissonâncias discordantes parece limitar-se, no entanto, a esse tipo de manifestações, possivelmente inspiradas, todas elas, pelo desejo de alcançar notoriedade. Na verdade, quando se trata dos grandes problemas nacionais, aqueles que envolvem a solidariedade da oligarquia diante dos protestos da sociedade, o governo funciona em uníssono, dir-se-ia não uma orquestra, mas uma divisão blindada disposta a alcançar seu objetivo a qualquer custo.

Ora, é com a divisão blindada, e não com a orquestra, que a sociedade terá de haver-se daqui para a frente; e, se não tiver presente que o objetivo da oligarquia é manter suas posições de mando a qualquer custo, impedindo a abertura dos canais de participação que viabilizarão o Estado de Direito, será inútil todo e qualquer esforço para conquistar terreno e ampliar o espaço político reservado às organizações da Sociedade Civil.

Quando, sexta-feira última, dissemos que a oligarquia tinha mil contatos especiais, não pretendíamos tão simplesmente caracterizar uma situação específica. Queríamos

mostrar, isto sim, que os tentáculos oligárquicos estão em toda a parte, constituindo verdadeira trama de interesses de cuja manutenção decorre a sobrevivência política e o prestígio social de um sem-número de criaturas. Não é apenas nas estatais que a oligarquia encontra material humano para substituir aqueles que não provaram bem; igualmente na iniciativa privada existem os que consideram o Estado como o deus salvador, e a permanência do capitalismo de Estado burocrático a tábua de salvação do País, ainda que a custo das liberdades democráticas e da honorabilidade e da eficiência.

No fundo, a pouca ressonância que os protestos das oposições contra os esbulhos cometidos contra a Nação encontram na sociedade atesta a triste verdade do que dissemos. Da mesma maneira que a dificuldade de romper o círculo vicioso forjado pela trama de interesses entre a oligarquia e os setores da sociedade se comprova no exame dos percalços por que passou, esta semana, a idéia de reunir entidades de classe dos empresários em torno da idéia de resistir.

Os esforços que se possam realizar para levar avante o projeto de democratização do País serão fadados ao malogro se este estado de coisas não se alterar; queremos dizer, se a oligarquia não perder a influência que detém. Há veementes indícios de que o presidente da República em boa hora se teria irritado com a despidorada manobra tendente a prorrogar os mandatos parlamentares, cômoda maneira de garantir deputados, senadores e oligarcas em seus empregos. Cabe perguntar, no entanto, se o grosso da bancada do PDS teria acompanhado o infeliz e "supér-

fluo" autor da idéia se encontrasse na Administração o respeito que o Executivo deve ao Legislativo, numa República bem ordenada, e se não tivesse chegado à conclusão, depois de tantos e tantos pacotes, de que o importante para o governo é ter a maioria no colégio eleitoral, em 1984, não importa como.

O exemplo desagregador, é preciso constatá-lo, vem do Planalto, por ação interessada de muitos e por omissão de alguns. Afinal, quando a Administração demonstra absoluto e soberano desprezo pelos princípios elementares do Direito, ou quando reage com acrimônia à atitude defensiva dos empresários, ou quando, por um lado, corteja os trabalhadores e, por outro, lhes reduz os salários para compensar o déficit da Previdência, não é de espantar que o Congresso também pense em colocar seus interesses acima da vergonha e da democracia, sobretudo quando coincidem com os da oligarquia, que não quer perder o poder.

Nesse quadro desolador, o importante é manter a frieza para saber onde é possível quebrar o círculo vicioso. Corretamente, o vice-presidente da Abinee, Antônio Carreira, situou o ponto de ruptura na estruturação do sindicalismo e na debilidade econômica das empresas. Assim, se, apesar de repelidos pela Administração que não quer diálogo, os empresários conseguirem dar passos para obter a reformulação de nossa estrutura sindical e desta política fiscal que onera quem produz e favorece quem especula, terão dado passo decisivo para aumentar a independência da Sociedade Civil diante do Estado. Isso feito, será possível então pensar em enfrentar a divisão blindada da oligarquia.